

Marcos Sampaio Brandão

Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA);
professor da Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília
(UCB) e do Centro Educacional Sigma em Brasília/DF
marcos.bau@gmail.com

A construção do espaço: o caso de Itaberaba

Resumo

O recorte espacial que este escrito se atém é o sertão baiano, em uma região entre o Recôncavo e a Chapada Diamantina, no médio Paraguaçu, denominada de Orobó, onde está situada a cidade de Itaberaba (266km de Salvador), analisada aqui desde quando era uma simples fazenda, passando pela concentração em arraial ou povoado, seu crescimento para freguesia, posteriormente classificada como vila, até o seu espaço intraurbano elevar-se à categoria de cidade.

Palavras-chave: construção do espaço, sertão, espaço urbano, povoamento.

Abstract

SPACE CONSTRUCTION: THE ITABERABA CASE

The space clipping limited by this work is the hinterland of Bahia, specifically a place between Recôncavo and Chapada Diamantina, in mid Paraguaçu River called Orobó, where lays the city of Itaberaba (266 km distant from Salvador) which progression is analysed from farm to village, from village to town and later on having it's intra-urban space condition qualified as a city.

Key-words: space construction, hinterlands, urban space, populating.

1. Breve Introdução

Este escrito é fruto de parte das pesquisas, executadas no ano de 2006, durante o Mestrado em Geografia na Universidade Federal da Bahia, sob

a orientação do professor Pedro de Almeida Vasconcelos, a quem tenho uma grande estima e devo um extenso agradecimento.

A abordagem deste artigo está totalmente centrada na teoria que seu título propõe, ou seja, na construção do espaço, que nos leva a afirmar que as cidades coloniais do sertão brasileiro nasceram a partir de desmembramentos de glebas que, em épocas mais remotas, significavam “terras pertencentes ao reinado português” para doação sesmeira e perpetuadas em fazendas que hereditariamente formaram a poderosa territorialidade de algumas famílias, refletida no coronelismo dos dias atuais.

2. Da Fazenda São Simão ao Arraial do Rosário do Orobó

O início da história intraurbana de Itaberaba data de 1809, quando o fazendeiro Antônio de Figueiredo Mascarenhas e sua mulher Francisca Maria de Jesus adquirem por escritura de compra a Fazenda São Simão. Com o passar dos anos, as terras desta fazenda foram desmembradas em outras fazendas menores.

O desmembramento fora supostamente devido à divisão das terras por motivo de herança e mesmo por venda de pedaços dessas terras delimitadas territorialmente em fazendas, que mudam de nome por passar à posse de outro proprietário. Sobre tal demarcação, Marx (1991, p. 36) escreve que, “de fato, a transmissão das terras numa determinada região ou num outro ciclo de economia ensejou usualmente, através do tempo, a redivisão das mesmas ou a sua posterior subdivisão”.

Após sucessivos desmembramentos, o sítio onde está situado o atual centro antigo da cidade de Itaberaba (detalhado adiante e mostrado nas figuras 3, 5 e 6) originou-se das terras da Fazenda Rosário. O nome da fazenda data do período da construção da capela, e foi dado pelo fazendeiro precursor e sua mulher devido à devoção dos mesmos a Nossa Senhora do Rosário, mesma invocação da vila do Porto da Cachoeira, de onde eram naturais, e significativo pólo comercial com características urbanas já no século XVIII. Necessário lembrar que essas terras ainda eram inóspitas, de ocupação demográfica rarefeita pela população de origem europeia e distantes dos centros do Recôncavo no início do século XIX. O motivo da

distância entre o Orobó e importantes entrepostos comerciais – a exemplo da vila do Porto da Cachoeira –, a dispersa ocupação regional e a falta de estrutura básica para a fixação do colonizador eram fatores que faziam as terras do Orobó – delimitadas em fazendas – custarem menos que as glebas situadas perto das aglomerações urbanas existentes no litoral e Recôncavo baiano¹.

Adquiridas as terras em 29 de novembro de 1809, o fazendeiro Mascarenhas e sua mulher acomodaram-se na sede da Fazenda São Simão, gênese do povoado do Orobó. Conforme pesquisas em fontes primárias, a sobrevivência do fazendeiro Antonio de Figueiredo Mascarenhas em terras inóspitas dependia de transações feitas com gado na região, além de negociações de terras que possuía. Como outros fazendeiros da região, parte da subsistência vinha dos produtos cultivados nas terras da fazenda. As sedes de moradia das grandes fazendas do século XIX, na região sertaneja da Bahia, seguiam um padrão de varanda em quadro, coberta pela extensão do telhado da casa, como no exemplo da casa da Fazenda Santa Isabel (figura 1), que se tornou das mais conhecidas na região, por nela ter se retirado o poeta baiano Antônio Frederico de Castro Alves no ano de 1868. O poeta foi hóspede do proprietário da fazenda, o coronel Franklin de Menezes Fraga² (FRAGA, 2002), primeiro presidente da Câmara do Rosário do Orobó, que será citado adiante.

Figura 1 (s/d)

SEDE DA FAZENDA SANTA ISABEL NO FINAL DO SÉCULO XIX



Fonte: arquivo pessoal de Eptácio Pedreira de Cerqueira, 2006.

A capela da Fazenda São Simão era primeiramente conhecida como Rosário da Vazante do Orobó desde 1810, e até 1824, conforme a fonte primária APEB (1821), o fazendeiro construtor continuava a repetir esse nome. Nessas décadas do início do século XIX, o povoado começava a crescer e a estimativa é que se resumia a menos de dez casas com uma população também estimada entre trinta e cinquenta habitantes. A capela foi construída pelo escravo Antonio Lessa e pelo pedreiro Felisberto de Tal “Que propondose o A. [autor, o fazendeiro Antônio Mascarenhas] a fazer huma igreja no Orobó denominada Nossa Senhora do Rozario da Vazante” (APEB, 1821, p. 8, 8v., 9, 9v.), que já nasceu com material sólido, ou seja, foram “feitas quatro portas, a saber huma principal, duas das travessas, contra da sacristia, mas ainda por ajuntar, carpintar, e também fez huma pequena calha” (ARQUIVO DA PARÓQUIA DE ITABERABA, 1882, p. 42). Nota-se que a capela foi construída com pedras, tijolos e telhas feitos de barro cozido, reboco feito de barro e areia e os alicerces, pilares e sustentação do telhado de madeira, conforme construções da época. Observa-se mais que o sistema construtivo da capela não tinha características de provisoriidade, tendo em vista o ajuntamento e carpintaria citados pelo construtor responsável da ermida que para pagar o material da construção vendeu boiada na cidade de Feira de Santana (APEB, 1821).

De 1824 a 1843, os registros documentais sobre o arraial do Orobó são praticamente inexistentes. Um arraial ou povoado – que para Azevedo (1957a)³ era a mais elementar das formas de aglomerações humanas – nascia da iniciativa do fazendeiro, sendo a única aglomeração de séculos passados acontecida espontaneamente, isto é, sem haver necessidade de Decreto Estadual (ABREU, 1997). O crescimento ou estado de inércia demográfico, urbanístico e econômico dependiam da rede regional que o arraial fazia parte, assim como da influência política que o povoado exercia nessa rede.

Sendo assim, pode-se afirmar que a velocidade impressa no espaço do povoado ou arraial tem seu ritmo pautado pela produção e circulação têmporo-espacial da época e encaixa-se na lógica relacionada às técnicas do período (SANTOS, 1994, cap. 5; 2002, cap. I, *As técnicas e a empirização do tempo*)⁴. Associadas à influência política exercida pela localidade, as técnicas que unem espaço e tempo (SANTOS, 2002) seguem raciocínio

fora da causalidade linear (em que causa tem um efeito imediato e vice-versa) e desenvolvimentista, ao entender que esse mesmo tempo social no limite intraurbano de arraial à cidade faz esse espaço evoluir, envolver ou encontrar-se em estado de estagnação durante recortes históricos. Esses movimentos dependem da quantidade de influência política (e econômica) exercida pela localidade sobre a rede, porém, a nomenclatura apesar de ser hierárquica em arraial, freguesia, vila ou cidade, nem sempre vai significar uma mudança qualitativa no seu padrão intraurbano.

Fora da linearidade desenvolvimentista, as discussões passam para o âmbito das relações no interior do processo produtivo na sua forma social de produção, preocupando-se com este tipo de forma e não só com seus efeitos. Rompe-se assim com a idéia linear, propondo-se uma causalidade circular onde “o próprio efeito volta à causa” (GUIMARÃES, 2007, p. 97).

Dentro da lógica citada, retoma-se a afirmação de que a velocidade das interligações de uma rede é diretamente proporcional às técnicas e relações e aos fenômenos políticos, que servem para organizar os conflitos de interesses (CASTRO, 2005, cap. 2) existentes em cada período histórico. Os funcionamentos das técnicas e da política tendem ao aperfeiçoamento no decorrer da passagem dos séculos, podendo ser [tanto as técnicas quanto os fenômenos políticos] localizados no tempo.

O tempo referido é aquele em que a natureza ditava o ritmo das coisas; as técnicas ainda rudimentares faziam da terra causa e consequência da divisão do trabalho dos moradores do arraial. A produção do trabalho no sertão baiano circulava em uma escala local-regional, baseava-se na pequena produção agrícola e na carne oferecida pela criação extensiva. A extensão do mercado desse pedaço do sertão, chamado de Orobó, era restrita a povoados, freguesias e vilas que se encontravam no seu entorno, onde, conforme escrito por Trindade Jr (1997, p. 6), “cada sociedade constrói um espaço para si, de acordo com suas necessidades ou de acordo com os interesses dominantes nessa sociedade”.

Dentre o surgimento dos arraiais no sertão, que se inicia no século XVII, não há dúvida que o ato de construir uma ermida tinha como forte intuito a devoção e parceria com a Igreja, cujos poderes conjugavam-se ao do Estado, constituindo-se um domínio político-eclesiástico chamado de padroado, em que o pároco sempre participava das mesas eleitorais

junto ao juiz de paz e à autoridade policial (LEAL, 1997, p. 246). Havia também um interesse do dono da fazenda em povoar o local para desenvolvimento de atividades comerciais a partir das suas terras e aforamento aos moradores.

Assim formava-se o patrimônio religioso que para Azevedo era um embrião de cidade

... pelo qual o proprietário de uma gleba de terras escolhe certa área para doá-la ao Santo de sua devoção através de documento público em que o beneficiário é representado pela autoridade eclesiástica; assim fazendo, o proprietário torna patente sua fé e demonstra o desejo de vê-la difundida por intermédio da Capela que significará o sinal de posse, ao mesmo tempo que espera auferir lucros com a valorização e a posterior venda dos lotes situados na área que continua de sua propriedade. Nesta hipótese, o doador fixa as bases estruturais do futuro aglomerado, procurando atrair moradores para o local; os que se estabelecessem no chão doado ao Santo patronímico pagarão seus foros à Diocese e os que se fixarem nas redondezas tornar-se-ão arrendatários ou mesmo proprietários dos lotes ocupados. No primeiro caso, o produto do aforamento destina-se à construção da Capela ou à melhoria da que já existir, à manutenção do culto, ao estabelecimento do Cemitério, etc. (1957a, p. 57).

De acordo com Neves, o patrimônio religioso era

de natureza eclesiástica, mas de formulação semelhante ao morgado, a “capela” era permitida a qualquer pessoa economicamente bem sucedida. Tinha fins religiosos e se instituía com a doação de uma gleba a um santo ou divindade, para construção e conservação de um templo, com o produto de arrendamentos temporários ou aforamentos perpétuos, para cultivos ou edificações (2005, p. 60).

O caso particular da fixação do fazendeiro sertanejo ou de seus ancestrais em terras consideradas distantes da circulação comercial do início do século XIX liga-se à lógica de as terras do Recôncavo Baiano já estarem ocupadas nessa época. Com o Recôncavo ocupado, restava aos posteriores fazendeiros terras mais distantes, a oeste, e que ainda não tinham sido desbravadas.

Recebidas por dote, herança ou adquiridas por compra, tais terras, distantes ou não, restava ao dono ocupá-las da melhor maneira, e o povoamento para o fazendeiro significava lucro, pois, se o comércio não se desenvolvesse a partir das suas terras, havia uma obrigação por parte dos moradores do pagamento de arrendamento dessa terra, chamado de foro. Outro interesse na construção da ermida e povoamento posterior estava

ligado ao aumento de poder político, já que, desde os primórdios do capitalismo até o Decreto 119 de 1890 (DANTAS s/d, *apud* VASCONCELOS, 2002, p. 269), a Igreja esteve umbilicalmente ligada ao Estado (ABREU, 2005, p. 156), pois este atua na organização espacial da cidade tendo uma atuação complexa e variável no tempo e no espaço, refletindo a dinâmica social por ser parte constituinte (CORRÊA, 2004).

Na opinião de Marx (1991, p. 17), a dominância dual Estado/Igreja, chamada padroado, não foi a única a estabelecer novos assentamentos. Também a população estabeleceu e procurou oficializar novos povoados para garantir e ampliar seu lugar ao sol.

A aglomeração inicial do Orobó teve no seu fazendeiro e construtor o intuito de não apenas erigir a pequena ermida devota a Nossa Senhora do Rosário, pois “não bastava construir, por melhor que fosse, uma capelinha; era necessário oficializá-la. Não era suficiente dotar o povoado de um abrigo para o exercício religioso em comum; era necessário sagrá-lo” (MARX, 1991, p. 19), e sacralizar significava o reconhecimento, pelo arcebispado da Bahia, como uma capela curada, ou seja, visitada regularmente por um padre ou cura, como era chamado.

O dono da terra era ciente de que para consolidar a formação de um povoado, necessária se fazia a construção da capela, pois não restavam muitas alternativas para o fazendeiro de terras inóspitas, improdutivas (pela falta de ocupação) e distantes de centros comerciais maiores. Para explicar o caso da capela do arraial de Nossa Senhora da Vazante do Orobó, não se pode deixar de afirmar que seu entorno regional no início do século XIX se configurava em um esboço de rede urbana, formada na sua maioria de arraiais.

A localização do sítio do Rosário da Vazante do Orobó nas margens de um rio perene em um tabuleiro de 20 a 30 metros acima do nível do rio Piranhas faz a afirmação de que o fazendeiro construtor tinha uma visão empreendedora. Isso devido ao conhecimento regional pela sua circulação produtiva, como escrito anteriormente, e, acima de tudo, por ter ido roçar a mata e erigir uma ermida numa região desabitada.

Depois de estabelecido na sede da fazenda, cabia ao fazendeiro ocupar e tornar a terra produtiva e cada vez mais valorizada. O processo de valorização da terra, objeto deste estudo, passava pela transformação das terras rurais (fazendas) em terras urbanas (povoados).

As primeiras aglomerações do sertão baiano surgiram de fazendas na beira de rios perenes que cortavam essa região. Esses mananciais faziam as terras mais valorizadas e favoreciam a subsistência de uma população carente de recursos em um tempo em que a mobilidade regional configurava-se em uma rede local de lugares também carentes de recursos. Para Corrêa (2004, p. 17), “a demanda de terras e habitações depende do aparecimento de novas camadas sociais, oriundas em parte de fluxos migratórios e que detêm nível de renda que as torna capacitadas a participar do mercado de terras e habitações”.

Os imigrantes que começavam a chegar para estabelecerem-se na região tinham por atrativo principal a terra que representava a garantia da sua moradia e trabalho, pois “os grandes concessionários de terras desfaziam-se eventualmente de pequena parte do que detinham para atender à população não possuidora de chão e para se valer de sua instalação gregária próxima, produtiva e consumidora” (MARX, 1991, p. 38).

Para essa classe de cidadãos rurais que não possuíam chão, tornava-se oportuno fixar-se em terras recém desbravadas, desde que obedecessem, além das leis forais, à organização social vigente que os conduzia à participação nas missas executadas periodicamente na capela central depois de curada. De igual sorte, deve-se observar que a Igreja executava e registrava atos (batismos, casamentos e óbitos), expedia certidões, enfim, praticava ações indispensáveis à vida civil. Esse domínio eclesiástico fazia com que a população do Estado baiano tomasse a direção de uma formação cristã, e essa devoção influenciava diretamente todo o arraial e seu entorno.

Há de se concordar com Sousa (2006, p. 12), quando afirma que, gradativamente, os interesses políticos, militares e econômicos passaram a imprimir “dinâmicas específicas de constituição de núcleos populacionais e novos parâmetros de ordenação espacial, muito embora o aspecto religioso tenha persistido como um dos mais eficazes mecanismos de apropriação da terra e estabelecimento da trama urbana”.

A devoção era muito forte e a Igreja uma instituição poderosa. A capela, em seu início, vivia de doações dos fiéis, e para o fazendeiro obter o reconhecimento da Igreja através do arcebispado da Bahia, “deveria contar a capela com uma dotação que lhe garantisse a existência. Tal patrimônio poderia ser fundiário e era constituído em nome do santo padroeiro do

novo pequeno templo, em nome de seu orago ou invocação” (MARX, 1991, p. 39), isto é, havia implícita obrigação do fazendeiro de se tornar o maior dos doadores das terras no adro da ermida, pois isso fazia parte do processo de reconhecimento e futuro crescimento para o arraial passar à categoria de paróquia (freguesia) e, além disso, com as doações, os donos do patrimônio ampliavam seu prestígio e fortaleciam seu poder.

A dicotomia entre Igreja e Estado permanecia presente no surgimento dos loteamentos urbanos. Antes a coroa era a única fornecedora de terras para lotes urbanos e fazendas, já, no século XIX, surge também o particular como cedente de terras através de doação ou foro. O padroado doava a terra com “a possibilidade, ainda que teórica, de o imóvel retornar ao cedente, ao Estado...” (MARX, 1991, p. 108). Ao particular cedente cabia a manutenção e o domínio direto da terra. Porém, o direito de preferência era sempre do Estado, pois este é que determinava a posse sob influência da Igreja.

Em Nossa Senhora do Rosário do Orobó, as doações dos cedentes particulares à instituição eclesiástica se fizeram hereditariamente por gerações, pois, em documento datado de 1882 descrevendo anos do início desse século, são citados os filhos de Antonio de Figueiredo Mascarenhas como devotos à religião católica e doadores de quantias para melhorias da igreja matriz como transcrito a seguir:

Joaquim de Figueiredo Mascarenhas e seus irmãos, forão sempre ricos, honestos e verdadeiros, tementes a Deos [...] profissão tam bem a Santa Religião Catholica Apostolica Romana, tanto que de suas exiguas economias teem tirado avultadas quantias para empregarem no culto divino, em joias e ornamentos para a mesma Matriz d´esta Villa, e pretendem somente o justo e honesto e sem intenção de prejudicar ao Patrimônio... (ARQUIVO DA PARÓQUIA DE ITABERABA, 1882, p. 23).

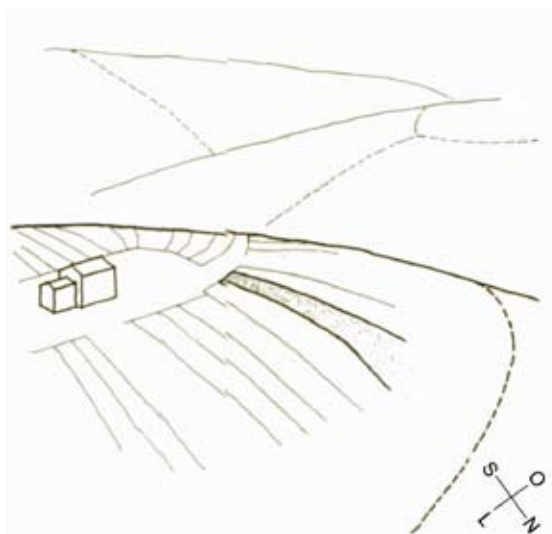
A partir do reconhecimento dado pela Igreja, a capela passava a ser um patrimônio desta com os bens em nome do santo de devoção. Esse patrimônio eclesiástico passava a ser chamado de encapelado e se constituía por terras, alfaias (objetos de culto religioso), a capela da santa junto com a imagem e dinheiro.

Além do patrimônio eclesiástico instituído como encapelado após doação de terras pelo proprietário da fazenda, as demais terras dessa fazenda continuavam a ser patrimônio particular do fazendeiro, que cedia sua terra “para servir de moradia e de meio de subsistência a quem desejasse

morar de forma gregária e voltada para certas atividades ou que tivesse, no fundo, outro tipo de relacionamento de trabalho ou de troca com os doadores” (MARX, 1991, p. 38).

Figura 2

TERRAS LOTEADAS NO ADRO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO



Adaptado de Marx (1991, p. 43) que define o croquis afirmando que “A capela acolhe moradores em pequenas porções de sua gleba, torna-se instrumento de urbanização e cria uma nova paisagem”.

No caso do Rosário do Orobó não foi diferente, além das terras loteadas para doação aos gregários no adro da capela central, como mostrado na figura 2, houve uma suposta doação de 500 braças de terra em formato de quadrante⁵. Com a morte do doador, o fazendeiro Antonio de Figueiredo Mascarenhas seguiu o processo promovido pela viúva a respeito dessas terras doadas no adro da igreja pelo mesmo, conforme certidão do inventário que se procedeu no Juizado de Órfãos de Cachoeira, julgado na cidade de Feira de Santana, ao qual o arraial do Rosário do Orobó nessa data era jurisdicionado. A petição inicial foi lavrada com o seguinte teor:

uma sorte de terras de criar gados e mattas de plantar lavouras, beira do Rio Piranhas [noroeste da igreja. Ver figura 2], em sua avaliação de oitocentos mil reis, menos quinhentas braças em quadro, que é para patrimônio da capela, cuja

avaliação e declaração foi feita no dia sete de agosto de mil oitocentos oitenta, digo centos e vinte seis [1826] [...] Passei a presente certidão, que dou fé, e ao original me reporto (ARQUIVO DA PARÓQUIA DE ITABERABA, 1882, p. 86).

O arraial em sua configuração inicial encontra-se com habitações modestas, população reduzida geralmente a dezenas de habitantes num largo rudimentar da pequena igreja (AZEVEDO, 1957a, p. 33); em outras palavras, o espaço urbano restringia-se ao adro da capela com vazios entre as poucas casas edificadas, configurando-se em um pequeno aglomerado com terras em volta da capela a espera de ocupantes foreiros. Através de doações voluntárias, hereditárias e vendas, as terras das fazendas eram divididas ganhando mais donos e outros nomes, e o povoado tendia cada vez mais a crescer, tendo como causa o aumento populacional, e, conseqüentemente, um aumento quantitativo das formas urbanas.

Pautando-se em Corrêa (2004), podemos resumir que o aumento da produção espacial configura-se dentro do que se torna o espaço urbano, produto, meio e condição social, constituído por diferentes usos da terra e cada um deles pode ser visto como uma forma espacial.

3. Da Freguesia à Vila de Nossa Senhora do Rosário do Orobó

Devido ao aumento da produção espacial, as terras da Fazenda Rosário foram fragmentadas em outras fazendas, sítios e em pedaços menores⁶. A partir da década de 1840, com o crescimento, o povoado recebe as honras de freguesia, e essas terras delimitadas passam a agregar um maior valor por fazer parte da área urbana de Nossa Senhora do Rosário do Orobó.

Conforme transcrição do original contida no Livro de Tombo de Nossa Senhora do Rosário do Orobó, a freguesia foi criada sob a Lei nº 195, de 18 de maio de 1843, descrita no artigo primeiro:

Fica erecta em Matriz a capella de Nossa Senhora do Rosário do Orobó; ora pertencente à Freguesia do Camisão, tendo a nova freguesia os seguintes limites: ao nascente e ao norte o rio Capivari, principiando de sua confluência no rio Paraguassú, e seguindo por aquelle acima até sua nasença; ao sul o rio Paraguassú, e ao poente a linha recta tirada da referida nasença do Capivari, ponto de partida digo ponto divisório ao norte, para o sul à tocar no rio Paraguassú. Cópia. Itaberaba 1 de janeiro de 1919. Vigário Pe. Jonas Santos (ARQUIVO DA PARÓQUIA DE ITABERABA: Livro do Tombo, 1919-1937, p. 2, 2v).

Nota-se que em 1843, com a elevação da capela em freguesia, sua invocação deixa de ser Nossa Senhora da Vazante do Orobó e passa a chamar-se Nossa Senhora do Rosário do Orobó, e ao ser ereta em matriz, vem a ter um pároco (vigário) fixo designado pela Arquidiocese da Bahia, sendo, em 10 de junho de 1844, nomeado o padre Manoel Ferreira Pacheco. Entre os anos de 1843 e 1844, o arraial do Rosário do Orobó possuía em torno de vinte casas e uma população de cem habitantes e é nesse mesmo período que a igreja começa a ser reedificada gradualmente até ser inaugurada em 1862 (CERQUEIRA, 2003, p. 50 e 93).

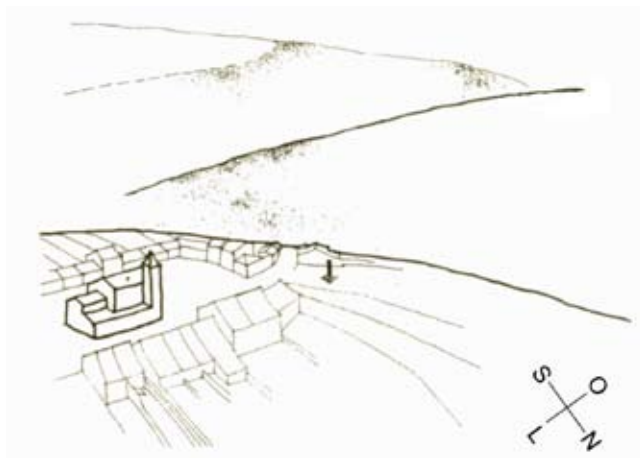
As terras que se encontram fora da zona de circulação urbana, ou seja, no entorno do núcleo central da paróquia, agregam um valor menor e tendem a possuir edificações mais simples. Toda a terra que envolve o espaço urbano passa a alcançar gradativamente um maior valor capital com o passar dos anos. O preço desse espaço passa a ser proporcionalmente ligado ao crescimento da freguesia até chegar ao alcance do porte de vila e posteriormente cidade. Valorização do espaço e crescimento da rede urbana têm certa simbiose e, nesse caso, estão diretamente relacionados.

Esse crescimento da valorização do solo urbano faz a terra e porções cada vez maiores do território passarem a ser regidas pelo valor de troca, próprio do mundo das mercadorias. A partir daí, Quaini (1979, p. 66) afirma que as “relações sociais não se apresentam como relações pessoais, mas como relações entre coisas”.

A elevação da localidade do Rosário do Orobó a freguesia veio com o crescimento de sua expressão populacional, econômica e edificada, mas, mesmo assim, ainda existiam terrenos sem ocupação ao redor da igreja. A figura 3 mostra o rigor de como as construções se fixavam em volta da matriz. A ascensão gradual e hierárquica, depois disso, “seria alcançar a autonomia política e administrativa, seria passar a constituir a sede de um município, passar a zelar por si mesma, aglomeração, e por um território próprio correspondente que lhe seria designado, seu termo” (MARX, 1991, p. 52).

Figura 3

CONFIGURAÇÃO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DO OROBÓ [1843-1877]
COMPOSTA PELA MATRIZ NO CENTRO, SUAS EDIFICAÇÕES E ARRUAMENTO NO ENTORNO



Adaptado de Marx (1991).

Virar uma unidade autônoma dentro da província não faria uma transformação na aparência de sua organização espacial; esta continuaria sendo modificada lentamente de acordo com as técnicas vigentes. A edificação de maior porte continuaria a ser a matriz, que atendia não só aos moradores do incipiente núcleo urbano, mas também à população rural da vizinhança. A freguesia vive sua rotina diária, e, em meados do século XIX, crescia seu arruamento⁷ interno junto à rede urbana regional, que começava a se interligar nesse pedaço de sertão.

O maior problema da conexão dessa rede urbana regional e crescente estava nas distâncias de mercados e locais maiores de administração política. A lonjura entre os espaços determinava o valor do solo e o ritmo da circulação produtiva, isto é, as localidades situadas mais perto da capital tinham uma maior mobilidade e valorização do espaço por ter uma maior ocupação e circulação produtiva. Cabia aos espaços mais distantes a dependência política e econômica dos centros de decisão que se encontravam perto da área litorânea e do Recôncavo (BRANDÃO, 2007b). Souza (2005, p. 61) explica que “a mobilidade espacial é função da renda, e isso influencia diretamente a maneira como a rede urbana é vivenciada e a própria estrutura da rede”.

A noção de rede, sua estrutura e articulação citadas, encontram suporte em Santos, quando cita Currien e define esse conceito como:

toda infra-estrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia de seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação (CURRIEN, 1988, p. 212, *apud* SANTOS, 2002, p. 262).

A maioria das ligações em estradas de rodagem como arcos de transmissão que articulam os nós de comunicação encaixa-se no exemplo das aglomerações urbanas do sertão que começaram suas construções no século XIX. Os ciclos econômicos a partir da metade desse mesmo século indiretamente fazem a freguesia do Rosário do Orobó começar a ter uma maior população, produção e edificação em seu espaço. Não só a região do Médio Paraguaçu começava a abrir caminhos para a circulação de animais, pessoas e produtos; a ligação teve penetração por todo o interior da Bahia e seu rebatimento no crescimento de toda a rede urbana desse interior. Novas estradas, recuperação dos velhos caminhos, assim como a minimização de distâncias entre localidades datam desse período. Os exemplos pelo Estado da Bahia começam pela estrada de Rio de Contas para a Província de Minas Gerais, que data de 30 de julho de 1846. Depois seguem: São José das Itaporocas para Coité, datada de 15 de abril de 1853; Feira de Santana a Xique-Xique, em 1854; ofício assinado pelo governo de aprovação da estrada de Monte Alto para Carinhanha, de 20 de novembro do mesmo ano de 1854; nova estrada de Feira de Santana para Jacobina, datada de 06 de junho de 1855; o governo “manda abrir 11 legoas de estrada desta villa [Tucano] à de Feira de Santana [no valor de 7:000\$000]”, em 06 de novembro de 1857 (APEB, 1843-1886, nº 4951).

Além da abertura de estradas no interior da Bahia, a articulação da rede urbana, relacionada com a diminuição do espaço em relação ao tempo, está ligada diretamente à viação férrea, que nesse período era o mais importante meio de transporte inter-regional (CORRÊA, 2004), e foi iniciado no Estado da Bahia a partir da lei do Governo Imperial, nº 641 de 26 de junho de 1852 (SIMÕES, 1977).

As vias de comunicação férreas delineavam-se sobre caminhos abertos por outros grandes articuladores da rede viária do sertão: os tropeiros. As

boiadas abriram caminhos nas matas, serras e caatingas ainda inexploradas pela atividade colonizadora, mesmo sendo a criação extensiva uma atividade secundária. Apesar de não ter a criação de gado *status* de atividade primordial como foi a cana de açúcar nos primeiros séculos da colonização e o diamante e as pedras preciosas na Bahia do século XIX, a preocupação com a produção e o trânsito do gado entre regiões sempre foi eminente. Os fazendeiros procuravam os melhores (e mais curtos) caminhos na condução das boiadas para que morressem cada vez menos cabeças de gado durante a viagem e as reses que chegassem ao destino tivessem uma menor perda de peso, significância de maior valor da carne.

Nessa região sertaneja, o gado transitava tocado pelos tropeiros. O trânsito desse gado⁸ para ser comercializado fazia nascer aglomerações que tinham o topônimo de povoados ou arraiais. Os locais que já estavam consolidados como freguesias e vilas procuravam crescer para obter a maior nomenclatura na classe hierárquica, isto é, a oficialização em cidade. Azevedo afirma que:

São assim os *povoados* brasileiros, cujo destino é transformarem-se em *vilas* e, um dia, alcançar o que significa a suprema aspiração de seus habitantes – a categoria de *idades*, sedes municipais [...] São êles os verdadeiros *embriões* dos centros urbanos brasileiros (AZEVEDO, 1957a, p. 35).

A freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Orobó crescia em torno de seu principal e destacado edifício da igreja matriz. A arquitetura de seu entorno sobressaía perante todo o perímetro urbano devido às melhores edificações estarem ali fincadas. A praça matriz, única, se fazia determinante de uma vida corriqueira, peculiar às aglomerações do sertão da Bahia no século XIX.

4. De Vila de Nossa Senhora do Rosário do Orobó à Categoria de Cidade de Itaberaba

Os edifícios fincados nas ruas da praça ao redor da igreja matriz tinham extensões frontais entre quinze e quarenta palmos⁹. As casas situadas na zona do adro da capela eram sujeitas ao pagamento de foro anual. Os credores eram os proprietários particulares da terra e o encape-

lado que tivera terras doadas pelos precursores do local. Uma transcrição do caderno eclesiástico desse período dá informações foreiras do ano de 1868 e informa que, para uma casa com extensão frontal de 40 palmos, o valor do foro era de 3\$200, de 20 palmos, 1\$600 e de 15 palmos, 1\$200, ou seja, matematicamente, cada palmo no adro da igreja de Nossa Senhora do Rosário equivalia a \$80 (oitenta réis) de foro anual referente ao ano de 1868.

Sobre valores de venda do casario no adro da igreja central, no documento do Libelo Cível contra o Patrimônio do Rosário do Orobó, em 1869, é descrita uma “morada de caza, sita n’esta Freguezia a rua de frente a Matriz, coberta de telhas, tapada de adobes, com uma porta e trez janellas de frente [ver figura 4] [...] Quantia de seis centos mil reis [600\$000]...” (ARQUIVO DA PARÓQUIA DE ITABERABA, 1882, p. 28).

Figura 4
CASA DE MORADIA SITUADA NO ADRO DA IGREJA MATRIZ COM EXTENSÃO FRONTAL DE 20 PALMOS



Foto do autor em 29.12.2006.

Após exatos 34 anos como freguesia, em 26 de março de 1877, foi criado o município de Nossa Senhora do Rosário do Orobó e a freguesia passa a ser denominada vila, mantendo o mesmo nome, conforme cópia de documento enviado ao Presidente da Província da Bahia.

nesta villa do Orobó, crecida pela resulução numero 1715 de 26 de março do anno corrente [1877] [...] Pela dicta lei assignou a mesma câmara em definição de 5 deste mês o dia de hoje as onze horas da manhã para levante e effeito a criação desse nosso município, fazendo publico por editaes na forma de artigo 2º do decreto de 13 de novembro de 1832 [...] Este acto na hora designada a fim de dar posse ao novo município instalado como dispoem o tit. 7º. Cap. 2º art. 167 da constituição do império, tendo por lemites ditto termo a freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Orobó e sendo ahy contendo publicidade foi pelo ditto presidente da respectiva Camara da cabeça da Comarca do Camisão (APEB, 1877-1889, nº 1374).

Nesse ano de 1877 acontece na organização espacial do Rosário do Orobó a implantação da câmara municipal, que significava a reunião dos vereadores sob a presidência do juiz, e assim a vila passaria a ter sua autonomia municipal, isto é, a não ter mais suas decisões jurisdicionadas à vila de Santana do Camisão (atual cidade de Ipirá/BA).

Conforme Leal,

As funções administrativas das câmaras eram bastante amplas e vinham enumeradas com minúcia [...] As câmaras deliberariam em geral sobre os meios de promover e manter a tranqüilidade, segurança, saúde e comodidade dos habitantes, asseio, segurança, elegância e regularidade externa dos edifícios e ruas das povoações (1997, p. 94).

Logo após a data da criação da vila, em 4 de maio de 1877, a Câmara Municipal do Orobó encaminhou documento para habilitação do corpo legislativo, assim como o orçamento e as posturas municipais. Na época é grafado documentalmente pela Câmara com “a honra de passar as mãos de Vexa. para que se digne Vexa. a respectiva aprovação do corpo legislativo da Província as enclusas Posturas Municipaes e o orçamento do município” (APEB, 1877-1889, nº 1374).

Após subir mais um degrau na hierarquia urbana e receber o topônimo de vila, as formas urbanas continuavam a se desenvolver no ritmo das técnicas da sociedade da época. Esse processo técnico-social é mostrado na organização interna da urbe que, conforme Souza (2005, p. 63), é a chave

para se chegar aos “processos sociais que animam o núcleo urbano e que estão envolvidos na dinâmica da produção do espaço”.

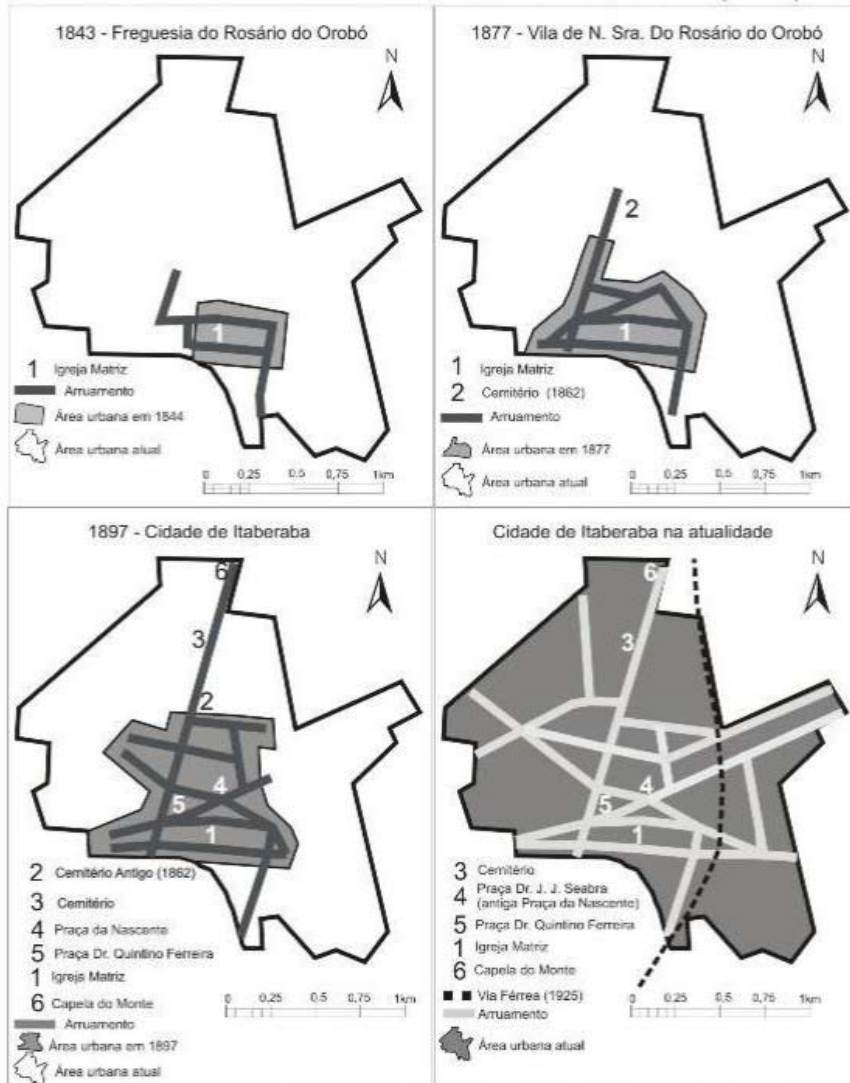
Em suma, a dinâmica da produção do espaço responde pela força de trabalho desenvolvida e associada às técnicas da época. Em tudo que um lugar construído contém, está a “cristalização cronológica do tempo e do espaço de relações no resultado do trabalho” (RIQUE, 2004, p. 17). Nesse tempo, último quartel do século XIX, a vila do Rosário do Orobó tem um maior número de pessoas na atividade de negociante. Além do fazendeiro e do vigário, outras profissões citadas em documento da época, são as de lavrador, artista, empregado público e criador de gado (ARQUIVO DA PARÓQUIA DE ITABERABA, 1882).

A organização espacial interna, analisada através de fatos aqui externados, faz a vila continuar com sua maior densidade estrutural¹⁰ na praça da igreja matriz. Suas ruas e praças adjacentes que começavam a se formar partiam da praça matriz em direção ao norte, que, conforme Aguiar (1979, p. 129), compunham “duas outras pequenas praças com ruas insignificantes, que comunicam-se com as estradas reais”.

A figura 5 traz um esforço de periodização em base cartográfica na tentativa de identificar a organização intraurbana de Nossa Senhora do Rosário do Orobó e sua espacialidade ao receber a homologação em freguesia, vila e cidade, respectivamente acontecida nos anos de 1843, 1877 e 1897. Para melhor análise e critério do crescimento têmporo-espacial e sua urbanização, foram mantidos propositalmente como base cartográfica os limites urbanos de Itaberaba na atualidade.

Figura 5
ESPAÇO INTRAURBANO DE ITABERABA

Itaberaba/Ba - Limite intra-urbano atual como base e seu crescimento têmporo-espa al



Após análise da referida figura (5), nota-se que o crescimento espacial intraurbano do Rosário do Orobó – nos três estágios urbanos mostrados (freguesia, vila e cidade) – acontece em uma menor escala na transformação histórico-administrativa da freguesia em vila, que demandou um espaço temporal de 34 anos. O maior crescimento, no entanto, está reservado à transformação da categoria de vila do Rosário do Orobó em cidade de Itaberaba, recorte temporal de 20 anos começados em 1877, assunto que este artigo continua a se debruçar.

Independentemente da velocidade intraurbana de crescimento, em uma observação ainda mais atenta da figura 5, nota-se a espacialidade horizontal da cidade na direção norte, pois o rio Piranhas banha os limites sul, oeste e noroeste da cidade. Portanto, pode-se concluir que a zona urbana cresce sem perder contato com o rio e, para que seja dessa forma, necessariamente a margem do rio segue como elemento norteador da urbe.

Em 3 de agosto de 1877, o primeiro presidente da Câmara Municipal do Rosário do Orobó, Franklin de Menezes Fraga¹¹, reivindicava ao Presidente da Província da Bahia em exercício, Henrique de Lucena, a criação de uma coletoria desmembrada da vila de Santana do Camisão para controlar a cobrança de impostos, visto as dificuldades de vencer a distância entre o Rosário do Orobó e a vila de Santana do Camisão, à qual, a Comarca do Orobó ainda se encontrava jurisdicionada.

esta Câmara vem perante Vexa representar pela grande necessidade da criação de uma colletoria nesta villa, visto a distancia de dezoito légoas que intermedia entre esta e a villa do Camisão, havendo ainda a passagem de três rios [Capivari, Peixe e Paulista] que com as constantes enchentes embaraço a população desta villa, quando tenham de tratar sobre seos negócios. Ponderando ainda mais que a dismembração pedida facilita e aumenta a arrecadação, principalmente em relação a matança do gado (APEB, 1877-1889, nº 1374).

No mesmo dia, 3 de agosto de 1877, segue outra carta da Câmara da vila do Orobó à Província da Bahia pedindo a criação “do fôro civil e conselho de jurados” (APEB, 1877-1889, nº 1374).

Apesar das funções administrativas que a Câmara composta pelos vereadores e seu presidente passaram a assumir até o final do ano de 1877, a lei de orçamento que regia as despesas anuais do município do Rosário do Orobó ainda tinha sua execução no termo do Camisão até a data de 20 de novembro de 1880.

O Rosário do Orobó, regionalmente, continuava dependente da vila de Santana do Camisão e, na escala estadual, fora do circuito do capital circulante da praça de Salvador e seu Recôncavo, visto em fatos como o de 18 de junho de 1881, quando uma febre assola o município do Orobó. A Câmara descreve uma situação em que a maior parte da população se encontra sem recursos financeiros e na vila não há médico ou farmacêutico. Fatos que levam à constatação de que o casario em volta da igreja matriz restringia-se a casa de câmara e cadeia, casas de moradia e casas de comércio. Sendo assim, ainda não possuía nessa época em seu espaço urbano um hospital que atendesse à população.

Tem reinado febres de um caráter grave [...] Principalmente para as classes menos favorecidas da fortuna, que são em casos taes as que mais sofrem [...] Dentro da villa não tem atacado tanto esta enfermidade, mas no campo e nas mattas [...] Mais tudo isso está essa Camara convencida, que se dá pela falta absoluta dos recursos da ciência de que se recente este termo, assim não habita nenhum medico e nem ao menos um pharmaceutico formado e como a emoção tenha subido a tal ponto, a população deste municipio, quase em sua totalidade paupérrima, possuida de um terror panico, pelas proporções epidêmicas que tem tomado taes febres reclama este municipio socorros públicos (APEB, 1877-1889, nº 1374)¹².

A situação de dependência administrativa e judicial vai terminar no ano de 1882 por intermédio de dois fatores. Primeiro, ao submeter à Assembléia Provincial Legislativa da Bahia proposta de Orçamento Municipal, enviada em 4 de abril, referente ao exercício de “outubro do corrente anno a trinta de setembro de 1883”. Segundo, após 20 de julho de 1882, são outorgadas as Posturas da Câmara Municipal do Orobó (APEB, 1877-1889, nº 1374).

Para Marx (1991, p. 100), com o código de posturas, “as municipalidades buscam nessa nova realidade, tímida e lentamente, porque talvez interessasse a seus tradicionais dirigentes em tempos de mudança, novos instrumentos de controle do espaço urbano”. O parlamento e a assembléia provincial, assim como a câmara municipal eram compostas pelos “homens bons” (LEAL, 1997), os mesmos grandes concessionários, agora proprietários de terra que continuavam a defender seus interesses.

As Posturas Municipais vinham com o intuito de organizar a vida cotidiana da vila e o seu crescimento¹³. Eram as leis que regiam o espaço urbano e promoviam sua organização. Determinavam todas as ações

executadas e a executar nos domínios da vila. O não cumprimento das posturas resultava em multa ou prisão para os infratores, e o julgamento e execução destas eram de responsabilidade da Câmara, pois até 23 de agosto de 1883 não havia “advogado legalmente habilitado” nesta vila (ARQUIVO DA PARÓQUIA DE ITABERABA, 1882, p. 60).

Nesse mesmo período, sobre a estrutura territorial da vila na escala intraurbana, afirma o escrivão Anselmo Ribeiro Lopes que o adro da capela do Rosário do Orobó em 1885 “não tem cem braças de extensão” (ARQUIVO DA PARÓQUIA DE ITABERABA, 1882, p. 92), o que dá em seu tamanho uma proximidade de 220m².

Em 1887, a vila continuava sem contar com um hospital ou médico em seus domínios urbanos conforme notícia de 3 de abril¹⁴. Nesse mesmo ano, para conter o temor da varíola que já assolava a vila de Curralinho (atual cidade de Castro Alves), é solicitada a presença de um médico da Província da Bahia para a vacinação de 2.000 das 18.000 pessoas que compunham a população total do município do Rosário do Orobó¹⁵.

Três documentos referentes à seca de 1889 dão suporte para uma análise dos processos espaciais da vila no final do século XIX. A seca que assolava a população deixou os tanques da cidade secos, as vertentes mais próximas de água doce ficavam “a distancia de uma legoa pelo menos” e no rio Piranhas, sua água “salobra, já podre” (APEB, 1877-1889, n° 1374). Isso fez com que o juizado da vila, o paço da câmara e a delegacia de polícia, pelos seus responsáveis, escrevessem para a capital pedindo ajuda em dinheiro para construção de um açude que custaria a quantia de três contos de réis (3:000\$000).

Das três cartas, a do Paço da Câmara Municipal, escrita em 30 de abril de 1889, mostra que apesar da vila do Rosário do Orobó estar no início de suas exportações¹⁶, a população continua carente de recursos e o núcleo urbano sem condições de assimilar algumas centenas de migrantes vindos de localidades que nesse período compunham a rede regional do Orobó¹⁷.

Levamos ao conhecimento de Vex^a que este município assolado pela secca de muitos mezes tem resistido com os seus próprios recursos, mas a exportação de farinha feijão e milho neste espaço de tempo o tem depauperado a tal ponto que a pobreza lucha com serias dificuldades e acresce o augmento da população com mais de mil

emigrantes chegados de Curralinho, Cruz da Almas, Santo Estevão Umburanas e outros lugares, buscão elles trabalho e não encontrão, se entregarão a incuria e viverão de esmola, o que será difficil por ser geralmente pobre a população d´aqui... (APEB, 1849-1889, nº 2519).

A estrutura urbana do Rosário do Orobó refletia a mesma depauperação da maioria das vilas no sertão do século XIX, e, com isso, comprometia seu crescimento sócio-econômico e sócio-espacial.

Dentro da configuração intraurbana da vila do Rosário do Orobó obedida pelas posturas camarárias, continua-se a perceber que o terreno em volta da igreja matriz compunha a praça principal da aglomeração urbana; os lados norte e sul do adro até a construção do passeio das casas perfaziam uma distância aproximada de 25 metros; medindo na mesma lógica, as distâncias leste/oeste da matriz possuíam aproximadamente o dobro da distância norte/sul citada (ver figura 6). A configuração da Praça Matriz em formato de quadrante era peculiar às edificações urbanas nascidas no século XIX. As plantas internas dos edifícios urbanos de uso residencial na vila de Nossa Senhora do Rosário do Orobó seguiam o mesmo modelo difundido por diversas vilas e cidades do Brasil.

Figura 6

ADRO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DO OROBÓ. APESAR DA FOTO RETRATAR O INÍCIO DO SÉCULO XX, POUCAS FORAM AS MODIFICAÇÕES EM RELAÇÃO AO FINAL DO SÉCULO XIX



Fonte: arquivo pessoal de Eptácio Pedreira de Cerqueira, 2006.

Com a produção e configuração espacial abordada, no governo Estadual do Conselheiro Luiz Vianna, a 25 de junho de 1897 sob a lei nº

176, a vila de Nossa Senhora do Rosário do Orobó recebe o topônimo de Itaberaba e é elevada à categoria de cidade¹⁸. Cidade de Itaberaba.

5. Considerações Finais

Este artigo, fundamentado nas questões da geografia histórica, investigou a dinâmica de ocupação do sertão baiano através de sua produção espacial, na região do médio Paraguaçu, denominada Orobó, e a gênese de seu preenchimento social até o desmembramento em município de Nossa Senhora do Rosário do Orobó e posterior transformação em cidade, recebendo o topônimo de Itaberaba.

A construção do espaço nas terras mais distantes da circulação de capital passou a ter a subsistência na criação de gado, dada como atividade secundária em relação aos ciclos econômicos do açúcar no Recôncavo e dos metais preciosos no interior.

Além da concentração de terra e renda nas mãos dos grandes fazendeiros regionais, para entender a produção dos espaços urbanos da Bahia e seus principais agentes modeladores, é preciso analisar a dicotomia dominante do Estado/Igreja que vigorou até o final do século XIX e determinou a organização territorial das freguesias, vilas e cidades, assim como a articulação de sua rede regional.

Particularmente, a ocupação que resultou nos núcleos urbanos do Orobó e a articulação de sua rede urbano-regional se ligam indiretamente às atividades econômicas do açúcar, gado e metais preciosos, acontecidas respectivamente no Recôncavo, localidades em seu entorno como Castro Alves e Ipirá e Chapada Diamantina (Lençóis, Mucugê e Andaraí), na Bahia dos séculos XVII, XVIII e XIX.

Itaberaba teve sua gênese induzida e, por esse fator, sua dinâmica sócio-espacial tem um desenvolvimento que deve ser entendido como uma diversidade de formas e conteúdos únicos, contendo um movimento particular, diferenciado, desencadeado nos processos espaciais. Além disso, deve-se ter preocupação atenta com a questão da escala para não cair em uma generalização regional em que a estrutura territorial é tratada, muitas vezes, de forma homogênea com fenômenos também confundidos como homogêneos.

O maior exemplo a ser dado para a diferenciação heterogênea urbano-regional está na criação de gado do sertão baiano. Localidades como Itaberaba, Ipirá, Feira de Santana, Santo Estevão e Caetitê foram desenvolvidas a partir da criação extensiva de gado. Porém, tiveram sua produção, circulação, distribuição e consumo diferentes, fazendo com que os processos sócio-espaciais também acontecessem diferentemente apesar do produto comercializado ter sido o mesmo. Em resumo, a heterogeneidade dos processos espaciais não permite generalizações territoriais.

Os processos espaciais em que a área urbana de Itaberaba se submete estão ligados a região, rede e tempo. Para entendimento e análise dessa dinâmica urbano-regional é necessário entender a relação dicotômica e paradoxal do tempo no espaço e vice-versa, que se encontra na materialidade da força de trabalho, ditando um ritmo heterogêneo de produção do espaço em qualquer que seja a espacialidade territorial estudada.

Notas

¹ Brandão (2007c, p. 36) detalha o caminho da região do Orobó ao Recôncavo afirmando que "este era feito pela estrada do gado e tinha como destino São Félix e Cachoeira, e até chegar a estas localidades, da região das matas do Orobó tomada como exemplo, passava por João Amaro, Sítio Novo (hoje laçu), Pedra Branca (depois se chamou Tapera e, hoje, Santa Terezinha), Currelino (hoje Castro Alves), Cruz das Almas e Muritiba, que se situa a menos de uma légua de São Félix. Todas as localidades que ficavam na rota da pecuária tiveram a gênese de suas zonas urbanas influenciadas pela paragem dos tropeiros com o gado quando estavam na direção do Recôncavo e da cidade de Salvador. É de extrema relevância lembrar que a produção e ligação comercial da região do Orobó na primeira metade do século XIX eram irrisórias".

² Franklin era de uma família baiana abastada, os Rocha Passos, irmão de Leonídia Fraga (FONSECA, 2006), uma das namoradas de Castro Alves e musa inspiradora da poesia "O hóspede", escrita durante a estadia do poeta na Fazenda Santa Isabel.

³ O mesmo autor usa como significado de povoado brasileiro a povoação e esta é definida como "o lugar povoado [...] Conforme a região que se acha ou o fator que lhe deu origem" (AZEVEDO, 1957a, p. 31, 33).

⁴ Milton Santos (2002, p. 54) afirma que "tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora [...] o ponto de partida é a sociedade humana [...] realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material; o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições [...] Assim empiricizamos o tempo, tornando-o material, e desse modo o assimilamos ao espaço. Que não existe sem a materialidade".

⁵ Mesmo formato mostrado na figura 2 quando se observa o traçado das terras em volta da capela. 500 braças de terra em formato de quadrante significam aproximadamente o mesmo que um terreno de 110 m².

⁶ O devir dessa fragmentação de terras será o conjunto de bairros da cidade chamados de subúrbios.

⁷ Aqui seguindo o sentido do *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa* de Francisco Julio Caldas Aulete citado por Marx (1999), quando escreve que arruar significa separar, dividir em ruas, em bairros. Distribuir pelas ruas as lojas para diversas profissões e ofícios. Maior aprofundamento em Marx (1999, p. 95–100).

⁸ Sobre esse trânsito segue transcrição de registro de boiada em viagem de Jacobina para Feira de Santana com extensão de 44 léguas [1 légua equivale a 6km] (AGUIAR, 1979): "Marchão hoje [19.10.1855] desta V^a da Jacobina para a de Feira de St^a Anna cento e quatorze cabeças de gado vaccum [...] Chegaria [esse gado] na Feira [de Santana] à 29 deste corre. [corrente] mês, como de facto chegará" (APEB, 1823-1888, nº 4630).

⁹ Cada palmo mede 22cm.

¹⁰ O conceito de densidade estrutural define-se pela relação da natureza social, econômica e política de uma sociedade em um dado momento do tempo, associada às técnicas que essa sociedade aplica na construção e modificação do espaço dentro desse dado momento (BRANDÃO, 2007a).

¹¹ A família Rocha Passos se entroncou aos Mascarenhas (e vice-versa) e esta última exerceu a territorialidade no sertão do Orobó. Cabe a explicação de que Franklin era sobrinho do fazendeiro Porphirio Oliveira Fraga, que por sua vez era primo em segundo grau da esposa de Antonio de Figueiredo Mascarenhas. Toda essa genealogia é encontrada em Brandão (2007c).

¹² No mesmo documento, o vigário Manoel Ferreira Pacheco, há 37 anos padre da vila, escreve em 17 de junho de 1881 informando uma "febre perniciososa aponta de se contarem, cinco, seis, sete no dia cadáveres que morrem em toda a extensão dos limites desta freguesia".

¹³ Um maior aprofundamento a respeito das posturas municipais está em Marx (1999, p. 41-46).

¹⁴ Em documento de 4 de setembro de 1889 há referência de um italiano chamado Luigi Verri exercendo a profissão de curandeiro nos limites urbanos do Rosário do Orobó (APEB, op. cit., 1849-1889, nº 2519).

¹⁵ Dados da população encontrados em APEB, doc. cit., 1877-1889, nº 1374.

¹⁶ Início devido a uma das três cartas citadas, escrita pelo juiz da vila, datada de 29 de abril de 1889, conter o seguinte teor: "este termo exporta farinha a mais de seis mezes..." (APEB, 1877-1889, nº 1374).

¹⁷ A rede citada da circulação migrante nesse período compunha as localidades de Curralinho, Cruz das Almas, Muritiba, Feira de Santana, Sapé, São Felipe, Sítio do Meio, Tapera (atual cidade de Santa Terezinha) e Rio da Dona. Importante informar que esses migrantes viajavam gratuitamente pela Estrada de Ferro Central conforme informação dada em outra das três cartas escritas. Esta pelo delegado de polícia Tertulino de Oliveira Fraga, sobrinho de Porphirio Oliveira Fraga e primo de Franklin de Menezes Fraga, citados anteriormente (Ibid., nº 1374).

¹⁸ "... Art. 1º - Ficam elevadas à categoria de cidades as actuaes villas de São Gonçalo dos Campos e Orobó, denominando-se esta última - Cidade de Itaberaba..." (Leis e Resoluções do Estado da Bahia - 1897 ns. 162 a 223 - Typografia do Correio de Notícias - 1898, p. 33, *apud* CERQUEIRA, 2003, p. 203).

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO Iná Elias; GOMES Paulo César da Costa; CORRÊA Roberto Lobato. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

_____. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO Iná Elias; GOMES Paulo César da Costa; CORRÊA Roberto Lobato. **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

AGUIAR, Durval Vieira de. **Província da Bahia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Cátedra – MEC, 1979.

ARQUIVO DA PARÓQUIA DE ITABERABA. **Registros Eclesiásticos de Terras de Itaberaba**. Libelo Cível da Matriz de Nossa Senhora do Rosário, 1882.

_____. **Livro do Tombo**, 1919 – 1937.

APEB - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Seção colonial e provincial**. Série Judiciária, autos cíveis, 30A/1053/26, 1821.

_____. **Seção colonial e provincial**. Série Judiciária, Correspondência recebida pela Câmara do Orobó, 1877-1889, nº 1374.

_____. **Seção colonial e provincial**. Série Judiciária, Orobó, 1849-1889, nº 2519.

_____. **Seção colonial e provincial**. Série agricultura. Abastecimento gado, carne, 1823-1888, nº 4630.

_____. **Seção colonial e provincial**. Série viação: estradas (aberturas/descobertas) 1843-1886, nº 4951.

AZEVEDO, Aroldo de. Embriões de cidades brasileiras. In: **Boletim Paulista de Geografia**. n. 25. São Paulo, 1957a.

_____. Arraiais e corrutelas. In: **Boletim Paulista de Geografia**. n. 27. São Paulo, 1957b.

BRANDÃO, Marcos Sampaio. **Processos sócio-econômicos do espaço regional no século XIX e implicações sócio-espaciais na gênese da cidade de Itaberaba/BA**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007a.

_____. O sistema de produção na Bahia sertaneja do século XIX: uma economia de relações não-capitalistas. In: **Campo - território: revista de geografia agrária**. v. 2, n. 4, ago. 2007b.

_____. **Espaço e tempo no sertão baiano: a construção urbano-regional do Orobó**. Salvador: no prelo, 2007c.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de. **Pedra que brilha**. 3. ed. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

DANTAS, Mônica Duarte. Povoamento e ocupação do sertão de dentro baiano (Itapicuru, 1549-1822). In: **Penélope**: revista de história e ciências sociais. n 23. São Paulo: Celta, 2000.

FONSECA, Jorge Ricardo Almeida. **Depois que atravessaram o mar**: um ramo da família Fernandes de Castro / Ribeiro de Castro. Salvador: no prelo, 2006.

FRAGA, Myriam. **Leonidia**: a musa infeliz do poeta Castro Alves. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 2002.

GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e educação ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista da. GUERRA, Antonio José Teixeira (orgs.). **A questão ambiental**: diferentes abordagens. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. MARX, Murilo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: EDUSP, 1991.

_____. **Cidade no Brasil em que termos?** São Paulo: Studio Nobel, 1999.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Estrutura fundiária e dinâmica mercantil**: alto sertão da Bahia séculos XVIII e XIX. Salvador: EDUFBA, 2005.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e geografia**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

RIQUE, Lenyra. **Do senso comum à geografia científica**. São Paulo: Contexto, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SIMÕES, Lindinalva. **As estradas de ferro do recôncavo**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). 2. ed. Salvador: UFBA, 1977.

SOUSA, Ana Cristina de. Povoados de **Cachoeirinha e Massaranduba (vale do Jequitinhonha, Ba)**: A relação entre espaço, agentes e contexto sócio-econômico. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Salvador: UFBA, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: UFPA, 1997.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador**: transformações e permanências (1549-1999). Ilhéus: EDITUS, 2002.

